

*Discurso na solenidade de posse da diretoria  
e do conselho fiscal da Confederação  
Nacional do Comércio*

**AUDITÓRIO DO EDIFÍCIO DA CNC, BRASÍLIA, DF,**

**19 DE NOVEMBRO DE 1998**

*Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado e amigo Michel Temer; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Parlamentares; Senhor Governador do Amapá; Meu amigo Antônio de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Senhores Presidentes das demais confederações, aqui presentes; Empresários; Empresárias; Senhores e Senhoras,*

É um prazer ouvir as palavras do Dr. Antônio de Oliveira Santos, ditas da maneira mais amável possível, as verdades mais diretas, que eu subcrevo. Na verdade, a minha presença, aqui, tem o sentido direto de mostrar a todos os que labutam no comércio a preocupação do Presidente da República com esse importante ramo de atividade. Aí, eu não repetiria o meu amigo Antônio. Eu não diria que o comércio fica tão espremido assim, entre o rochedo e o mar. Eu acho que ocupa um espaço, tem uma canoa no meio e dá para navegar.

Mas, de qualquer forma, eu queria expressar a minha satisfação por ver a maneira pela qual as organizações associativas do comércio têm

desenvolvido o sentido de parceria, que eu sei que é absolutamente verdadeiro, que está sendo realizado nessa Confederação.

E, também, quero agradecer a compreensão dos empresários, expressa, mais uma vez, neste momento, porque percebem que as dificuldades que nós atravessamos são objetivas mas percebem, também, que existe uma vontade nacional muito forte, e que essa vontade nacional haverá de superar essas dificuldades.

Encontrei sempre apoio, por parte dos setores organizados da sociedade brasileira. E diria, mesmo, que por parte do oceano – como ele disse. Quem recebeu, recentemente, 36 milhões de votos, não tem do que se queixar, tendo-os recebido no pior momento dos anos em que estou à frente do Governo. Diria mais: no pior momento desde quando assumi o Ministério da Fazenda, que foi em plena crise de setembro, quando nós perdemos 21 bilhões de dólares das nossas reservas. Tendo perdido, no mês anterior, quase 10 bilhões.

Mas, com a força de que o Brasil dispõe, já em outubro as perdas foram de 3 bilhões. Em novembro nós já estamos navegando em mares mais calmos. As nossas reservas continuam acima dos 40 bilhões e estão acrescentadas em outro tanto, pelo apoio internacional. Ou seja, os que desejarem especular contra o real encontrarão uma barreira de 80 bilhões de dólares. E nós não vamos voltar aos tempos em que havia uma moeda do rico e uma moeda do pobre.

Vamos continuar lutando, provocando as convergências necessárias, para que possamos dar ao nosso povo um horizonte, uma perspectiva, um sentimento de que o desenvolvimento não se faz só para os que são ricos, mas que ele se faz de modo a que todos possam, pelo menos, participar de alguma forma, de um bem-estar que há de continuar crescendo, no nosso país.

Essa decisão, que não é só minha – é apoiada pelo Brasil – é que permitiu que as três crises mencionadas fossem superadas. Não conheço nenhum outro caso, na economia contemporânea, de um país que tenha sido capaz de suportar três ataques diretos contra sua moeda. Conheço muitos casos dos que não puderam ou não tiveram a decisão de fazê-lo. E sei das conseqüências.

Todos os países que não foram capazes de se organizar, de encontrar a decisão política, apoio – já me referirei aos apoios do Congresso – e disposição do seu povo e do seu empresariado acabaram por ter perdas muito maiores do que imaginavam, no início.

Se algo me influenciou, nas decisões que tenho tomado, nos últimos meses – inclusive na decisão de, durante a campanha eleitoral, dizer ao País que o mar estava encapelado – foram as conversas que mantive com o Presidente do México, que me relatou o que aconteceu, depois que esse país foi obrigado a desvalorizar a sua moeda. Queria desvalorizar em 15%, foi parar em cento e tantos, teve uma perda do Produto Interno Bruto, do crescimento do PIB, de 8% negativos e uma taxa de desemprego que foi lá para as alturas. E esse mesmo processo ocorreu nos países asiáticos, recentemente, e está ocorrendo na Rússia, porque não encontraram condições para reagir, com firmeza, às dificuldades internacionais.

Nós, por sorte, reagimos. Reagimos, e aqui cabe dizer uma palavra – mais uma – o que tenho feito quase diariamente, ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados e ao Senado da República. Eles não nos faltaram. A velocidade com que, na crise de outubro de 97 – e, novamente, agora, o Congresso, a despeito de tudo o que os irresponsáveis jogam no ar no Brasil – a firmeza com que o Congresso reagiu às nossas dificuldades honra o Brasil e dá força para que nós possamos continuar avançando e para que a nossa voz, hoje, seja ouvida como ela é lá fora, como a voz de um país que se respeita e, por isso, é respeitado.

É por isso que reajo fortemente quando alguém tenta diminuir aquilo que é fundamental para quem governa, que é o patrimônio moral. O Brasil só pode ir para frente quando a gente acredita nele e quando acredita naqueles que estão dirigindo o País.

Erra-se, quantas vezes. Mas não de má-fé, não por falta de respeito ao Erário, não por malversação de fundo público. Pode-se errar por políticas. E, quando se erra, se corrige. E só se corrige quando há o diálogo. E o Brasil é um país do diálogo.

Essa convergência, esse apoio extraordinário do Congresso, esse povo, que, em plena crise, vota em alguém que está aí, à frente do

governo, para que continue governando, esse apoio que os empresários dão, a despeito dos juros, a despeito da retração, mostram a força desse país. E é o que me dá ânimo. E ânimo eu não vou perder nunca, até morrer, porque não é uma questão pessoal. É uma questão de ver o que acontece nesse Brasil.

Não sou dos que acreditam que basta fazer projeções para que baixemos a cabeça. Nós vamos lutar para crescer a economia no ano de 99. O Brasil não pode aceitar, passivamente, prognósticos pessimistas ou palpites que passam por aqui e nos dão lições sem saber das nossas realidades. Queremos aprender com os que sabem, mas não com os que vivem de dar palpite. Queremos mudar as coisas. Mas queremos mudar criando as condições efetivas para que elas aconteçam de uma forma melhor, que é o que nós estamos fazendo.

Começamos a baixar as taxas de juros. Talvez até antes do que eu próprio imaginasse. E eu imaginava, desde o início, que tinha que baixar logo, e continuo achando isso, mas sabendo que baixar taxas de juros não é uma decisão do Presidente. É uma decisão do Banco Central. É uma modificação nas práticas da realidade, para que as taxas possam, realmente, baixar. E o que agora nos interessa é que baixem de forma permanente e não simplesmente que, quando se comece a baixar, de repente, venha uma contra-ofensiva que nos obrigue, outra vez, a elevá-las até as nuvens.

Desta vez, o ajuste é para valer. É para valer, não porque eu não quisesse nas outras vezes que fosse, mas porque o Brasil descobriu que tem que se ajustar. Os números são muito claros. Alguns foram referidos. Basta ver que o gasto público, hoje – esse Estado é grande, não naquilo onde é preciso ser grande, é grande no que, muitas vezes, é dispensável –, concentrou-se diretamente em pessoal e Previdência. E a Previdência se expande com mais velocidade do que o gasto de pessoal. E os presidentes são impotentes para alterar isso, a menos que se alterem as bases da Previdência, que é o que o Congresso está começando a fazer agora. E daremos novos passos, até que se possa ajustar, efetivamente, o tamanho do Estado às possibilidades do país.

Mas quando se olham os números, ver-se-á que nos últimos 10 anos, depois da Constituição de 88, o gasto público diminuiu fortíssimamen-

te – caiu pela metade – naquilo que conta, que são os programas de transformação do Brasil: as estradas, os portos, a geração de energia. E nós tivemos que fazer um esforço imenso para que, pelo menos, aquilo que é essencial na educação e na saúde nunca faltasse. E quando se olha o que aconteceu no gasto relativo à Previdência, ele aumentou exponencialmente.

Essa é a realidade. Ou nós invertemos essa situação ou não haverá governo capaz de atender aos reclamos da população brasileira. E essa realidade, hoje, é conhecida de todos e é apoiada por todos e pelo Congresso. É por isso que, desta vez, nós não vamos ter apenas um ajuste passageiro, mas uma mudança na estrutura do gasto público, para permitir que, efetivamente, a taxa de juros caia e que o crescimento da economia seja um fato continuado e o proveito disso beneficie o conjunto da população brasileira.

Mas – eu não quero também me alongar – digo que não sou dos que se conformam com projeções. Estive verificando dados recentes. No setor de supermercados, nos piores meses – julho, agosto, setembro – houve um crescimento de 3%. Em outubro, de 10%. Isso não se generaliza. Não direi que no varejo seja assim, porque não é. Mas é um sinal. E há outros sinais. O consumo de energia continua avançando. O de gasolina, também, em meio a essa época de crise. Este país é um país formidável, que agüenta o tranco e consegue buscar forças para seguir adiante.

Vou inaugurar, creio que segunda-feira, uma estrada ligando o Amazonas à Venezuela, para dar uma saída para o norte do Brasil pelo Caribe e, de lá, para o Norte. Vou inaugurar, daqui a algumas semanas, a primeira parte do gasoduto que vai da Bolívia até Campinas. Já está pronto. Daqui a pouco, vai chegar ao Rio Grande do Sul. Estamos inaugurando, em poucas semanas mais – e falo de inauguração porque terminou a eleição, senão iam pensar que era campanha eleitoral. Mas não é não, é que isso é todo dia. Só na mente distorcida de algumas pessoas é que se imagina que se faz inauguração para ganhar eleição. Quem for ganhar eleição por inauguração, perde. Vence-se a eleição por conceito, não por obra. Mas a obra é necessária para o País. Vamos inaugurar, em poucos dias mais, a interconexão do sistema elétrico brasileiro.

Não vamos parar a obra da Fernão Dias, que é a maior obra em ação, neste hemisfério, a duplicação que vai de Belo Horizonte à fronteira do Rio Grande do Sul. Acrescentamos, nesses quase quatro anos de governo, 40% à capacidade instalada de geração de energia elétrica. Xingó, no Nordeste – aqui muitos conhecem – tem seis máquinas geradoras, seis turbinas. Cinco delas foram inauguradas no meu Governo. Com todo o esforço fiscal que fizemos, com todas as restrições que há, com o que eu acabei de dizer, que o gasto vai, basicamente, para a área de Previdência e pessoal. Imaginem o que vai ser esse Brasil, no dia em que se puder, realmente, orientar o gasto para aquilo que é essencial e, não, pura e simplesmente ficarmos todos sufocados pela impossibilidade de gastar, porque a taxa de crescimento é pequena, a taxa de juros é alta e o dispêndio público está muito enrijecido pelas nossas práticas.

Imaginem o que vai ser esse Brasil do ano 2000. Daí para frente. Não é por estarmos nós aqui, é porque o País é muito forte e tem vontade de crescer, não se conforma com a mediocridade. Eu, também, não vou me conformar, nós não vamos nos conformar. Vim aqui para buscar energia. Encontrei energia.

Vi, nas palavras do Antônio de Oliveira Santos, meu amigo – que conheço há muitos anos, que é um lutador –, o eco deste país, um país que continua acreditando. Vim para dizer muito obrigado a vocês todos.